

Eu Empregada Doméstica: uma análise da relação colonial entre patrões e empregadas domésticas brasileiras a partir de relatos compartilhados no *Facebook*

Lorena Muniz

I Housemaid: An analysis of the colonial relationship between employers and brazilian domestic workers from shared stories on Facebook

Resumo

Este artigo pretende discorrer sobre a origem escravocrata do trabalho doméstico no Brasil e seu reflexo na pós-modernidade, tomando como indício os relatos compartilhados no *Facebook* através da página “Eu Empregada Doméstica”¹, que denunciam relações abusivas entre patrões e trabalhadoras domésticas, sobretudo mulheres negras.

Palavras-chave: empregadas domésticas; escravidão; mulheres negras; trabalho doméstico; direitos trabalhistas;

Abstract

This article intends to talk about the slave origin of domestic labor in Brazil and its reflection in postmodernity, taking as evidence the reports shared on *Facebook* through the page “I Housemaid”², denouncing abusive relationships between employers and domestic workers, especially black women.

Keywords: housemaids; slavery; black women; domestic work; labor rights;

¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>>. Acesso em 30/09/2016

² Available in: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>>. Access in 30/09/2016

Introdução

A história das empregadas domésticas brasileiras se confunde com a história escravocrata do país. Desde o século XVI, quando os primeiros homens e mulheres africanos foram traficados para o Brasil, até depois do século XIX, com a implementação de leis abolicionistas, o serviço doméstico configurou-se como o destino possível para mulheres pretas e pardas que, mesmo livres, eram afastadas de outras atividades rentáveis. A herança desse passado recente tornou possível a negação por mais de 100 anos de direitos trabalhistas fundamentais aos empregados domésticos brasileiros, conquistados apenas em 2013, após a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 72, popularmente conhecido como “PEC das Domésticas”.

A realização do trabalho doméstico é, historicamente, função quase exclusiva das mulheres. Elas representam 92% da categoria, o que equivale a 5,9 milhões de brasileiras e 14% do total da população de mulheres ocupadas³. Em 1888, a escravidão foi abolida por lei no Brasil, mas a exploração, a violência psicológica e sexual e a ausência de direitos ecoam até os dias hoje, como foi possível verificar nas recentes manifestações nas redes sociais através da *hashtag* #EuEmpregadaDoméstica⁴. Usando o *Facebook* como plataforma, foram compartilhados relatos diversos denunciando abusos sofridos por trabalhadoras domésticas em lares brasileiros, o que culminou na criação da página homônima na rede social.

A partir desses depoimentos, o presente trabalho propõe a reflexão acerca da relação colonial e patriarcal existente entre patrões, patroas e empregadas domésticas, tratadas como “escravas modernas” na atualidade, retomando brevemente o histórico da profissão a partir do século XIX.

A inserção da mulher negra no mercado de trabalho e a violação do seu corpo: uma breve contextualização histórica

Desde a proibição do tráfico negreiro e do fechamento dos portos africanos, São Paulo, então capital do Brasil, destituía-se progressiva e lentamente de homens e mulheres escravizados. Em 1870, o crescimento demográfico somado ao do trabalho formal promoviam alterações no cenário social da Capital e aumentavam a demanda por empregadas domésticas⁵. Afastadas de outras atividades rentáveis, mulheres escravas e libertas concorriam com imigrantes pobres pelas vagas, encontrando no trabalho doméstico uma fonte de sustento, como observado pela historiadora Lorena Telles:

Para as libertas e descendentes, migrantes ou nascidas na Capital, que deixavam o cativo e as cidades de origem sem posses, os serviços domésticos, a faina diária e a dependência dos patrões e seus salários

³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016, p. 15

⁴ Início em 19 de julho de 2016

⁵ TELLES, 2011, p. 46-47

minguados constituíram a forma de sobrevivência possível num mercado de trabalho pouco generoso. (TELLES, 2011, p.47)

Mas foram nos anos finais da década de 1870, que o trabalho doméstico deixou de ser uma regalia pertinente apenas às classes mais abastadas, passando a atender também às classes médias, como professores, juizes, médicos e comerciantes⁶. O crescimento da demanda pelos serviços domésticos foi o cenário ideal para a expansão da profissão, que atraía especialmente as mulheres, excluídas de outras atividades. É importante salientar que a Revolução Industrial foi um marco no ingresso da classe feminina no mercado de trabalho, em especial no desenvolvimento da indústria têxtil. No entanto, grande parte desse contingente era formado por imigrantes brancas, fazendo com que as mulheres pretas e pardas permanecessem em sua maioria à margem deste processo. Além disso, a forte presença feminina no início da indústria no Brasil aos poucos foi sendo substituída pela mão de obra masculina.

Apesar do elevado número de trabalhadoras presentes nos primeiros estabelecimentos fabris brasileiros, não se deve supor que elas foram progressivamente substituindo os homens e conquistando mercado de trabalho fabril. Ao contrário, as mulheres vão sendo progressivamente expulsas das fabricas, na medida em que avançam a industrialização e a incorporação da força de trabalho masculina.

(RAGO, 1997, p. 581-582)

Ainda sobre o ingresso de mulheres negras no mercado de trabalho, Telles, ao citar Sandra Graham, faz uma radiografia do período: “entre 61% e 65% das mulheres livres e 87% e 90% das escravas trabalhadoras, já na década de 1870, eram domésticas, e em 1906 haveria mais de 77 mil criadas”⁷. Os serviços domésticos, como lavagem, costura e cuidado das crianças, eram competências exclusivamente femininas. “Menos numerosos e predominantemente estrangeiros, os homens eram inscritos em funções mais diversificadas, como trabalho nos jardins dos chalés e palacetes (...), como porteiros, padeiros”⁸.

Mesmo após a abolição da escravatura, a presença feminina dentro das casas ainda suscitava comportamentos autoritários e machistas por parte dos patrões, que não raro as violentavam sexualmente ou as agrediam. No entanto, quando as vítimas recorriam à justiça, nem sempre as denúncias eram tratadas com o rigor merecido, o que fazia com que muitas mulheres se calassem – mais uma herança do nosso passado escravocrata que perdura até os dias hoje. Para jogar luz ao assunto, Telles resgata um estudo de Boris Fausto:

Tratados com indulgência pelos agentes públicos da lei, nos processos criminais estudados por Boris Fausto entre 1880 e 1924, os crimes sexuais atingiram quase exclusivamente moças pobres, 41% delas empregadas domésticas e 19,5% empregadas em serviços domésticos, correspondentes aos ofícios de lavadeiras, faxineiras e costureiras não residentes nas casas dos patrões. Dos 17 casos encontrados, em 11 o

⁶ Ibid., p. 71

⁷ Ibid., p. 47

⁸ Ibid., p. 50

acusado é o patrão, e em 6, algum membro da família. O historiador aponta para as práticas discriminatórias e de violência eivadas pela escravização das mulheres, notando 'a resistência a recorrer à autoridade policial por parte de um seguimento da população tão descriminado cujas figuras femininas, agora sim, na ótica da elite, não tinham honra a preservar'.

(TELLES, 2011, p. 96)

Em "Mulher e Escrava", Sonia Giacomini problematiza a sexualização da mulher negra e a passividade das autoridades frente aos crimes sexuais, que inocenta o homem branco e culpabiliza a vítima:

A exaltação sexual da escrava e o culto à sensualidade da mulata, tão caros à nossa cultura branca e machista, vistos sob um novo prisma, mais do que explicar os ataques sexuais às escravas, parecem cumprir uma função justificadora do senhor de escravos enquanto vítima da lascívia "natural". (GIACOMINI, 1988, p. 66)

A dolorosa experiência vivida por escravas e libertas fez com que se afastassem cada vez mais do meio rural para desbravar os centros urbanos em busca da tão sonhada liberdade e mobilidade. O serviço doméstico se apresentou neste cenário como o destino possível para a mulher negra, que não era absorvida por outros setores por conta de sua cor e gênero. Estas mulheres optaram por um futuro incerto, mas independente, e cada vez mais distante do passado de violações sofridas nas fazendas e engenhos, mesmo que, soubessem elas ou não, seu histórico de lutas por condições dignas de vida e trabalho estivessem apenas começando.

Distanciar-se das experiências pregressas do cativo parece ter motivado as decisões de mulheres adultas e libertas, inseridas no amplo processo de deslocamento espacial facilitado pelas vias férreas: migravam do território circunscrito da dependência a antigos senhores, rompendo, na Capital, os antigos laços de submissão.

(TELLES, 2011, p. 58)

As consequências de um passado escravista

A análise histórica do serviço doméstico no Brasil nos permite compreender suas nuances atuais, como a presença majoritária de mulheres, sobretudo negras. Segundo o dado mais recente disponível (2014), as mulheres compõem 92% dos trabalhadores domésticos, o equivalente a 5,9 milhões de brasileiras, representado 14% da população de mulheres ocupadas. A associação entre gênero e raça revela uma realidade ainda mais desigual: de toda a população ocupada feminina, 17,7% das mulheres negras são trabalhadoras domésticas, em contraste a 10% do total de mulheres brancas que exercem a profissão⁹.

⁹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016, p. 15

A origem do trabalho doméstico está estritamente enraizada em nosso passado colonial, o que tornou possível a negação de direitos trabalhistas fundamentais aos empregados domésticos brasileiros por 125 anos. Apenas em 2013, com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 72, mais conhecido como “PEC das Domésticas”, foram estendidos à categoria os mesmos direitos garantidos aos demais trabalhadores urbanos desde 1988¹⁰. Ainda assim, somente dois anos depois, em 2015, os direitos passaram a ter validade, com a aprovação da Lei Complementar 150, que regulamentou a emenda¹¹.

A “PEC das Domésticas” configurou um importante avanço para os empregados domésticos brasileiros, entretanto, a maior parte desses trabalhadores e trabalhadoras segue desprotegida: 70% da categoria permanecem sem carteira de trabalho assinada¹². Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os profissionais que têm acesso à carteira de trabalho assinada apresentam também uma renda maior comparados aos que não têm. O valor salarial é ainda menor entre as mulheres negras: de 83% a 88% do que recebem as mulheres brancas¹³. De acordo com a pesquisa, apesar do decréscimo no número de trabalhadoras domésticas, jovens brancas conseguem migrar de profissão antes e em maior número do que jovens negras. A desigualdade de oportunidades é mais um indício do passado escravista do país.

Quando batiam à porta em casa de família diziam pra empregada: “Você vai atender à porta, mas se for fiscal do governo diga que não é empregada, que você é uma pessoa da família que sempre viveu com a gente aqui”. Só pra não tirar a caderneta de trabalho pra gente.

(Relato de Dona Risoleta, nascida em 1990) ¹⁴

Eu Empregada Doméstica: relatos de vida

“Joyce, você foi contratada pra cozinhar pra minha família e não pra vc. Por favor, traga marmitta e um par de talheres e se possível coma antes de nós na mesa da cozinha; Não é por nada tá filha, só pra gente manter a ordem da casa” (Patroa Jussara, em Santos 2009 – meu último emprego como doméstica) #EuEmpregadaDoméstica

(JOYCE FERNANDES, 16/07/2016, primeiro relato compartilhado) ¹⁵

No dia 19 de julho de 2016, a rapper e professora de história Joyce Fernandes compartilhou na rede social *Facebook* uma experiência de quando trabalhava como empregada doméstica na cidade de Santos, São Paulo¹⁶. Usando a *hashtag* #EuEmpregadaDoméstica, Joyce, que atende artisticamente pelo nome Petra Rara, relatou um episódio ocorrido em seu último emprego na profissão e deu início a um movimento de

¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc72.htm>. Acesso em 30/09/2016

¹¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acesso em 30/09/2016

¹² Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016, p. 17

¹³ Média entre os anos de 2004 e 2014

¹⁴ In BOSI, 2003, p. 385

¹⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1099855993394475:0>>. Acesso em 30/09/2016

¹⁶ Joyce trabalhou durante sete anos como empregada doméstica em São Paulo

denúncias contra os abusos sofridos por trabalhadoras domésticas de todo o Brasil, rompendo o silêncio à que foram submetidas durante anos.

Estou fazendo terapia e em uma das sessões começaram a vir várias memórias. No dia 19 eu postei uma lembrança das coisas que escutava quando era empregada doméstica. Mas não sabia que teria tanta visibilidade, com muitas pessoas se identificando e se revoltando.

(JOYCE FERNANDES, 22/07/2016, entrevista ao Jornal BoqNews)¹⁷

O relato de Petra Rara se tornou *viral* na Internet e inspirou pessoas a compartilharem experiências pessoais e de suas mães e avós como empregadas domésticas. A professora e rapper recebeu diversas mensagens em seu perfil particular e decidiu criar a página “Eu Empregada Doméstica”, com o objetivo de dar voz a outras mulheres. Até o dia em que o presente artigo foi escrito, a página colecionava 130.995 *curtidas* e incontáveis histórias divulgadas.

Entretanto, os relatos compartilhados em 2016 não diferem muito do cenário escravista do século XIX, como visto no início deste trabalho. Histórias sobre injúria racial, preconceito linguístico, racismo, machismo, abuso de autoridade e exploração são algumas das violências denunciadas na página.

Minha mãe trabalhou de empregada doméstica por meia vida dela. Em uma das casas que ela trabalhava, ela não podia comer na mesa, nem a mesma comida e nem sequer dentro de casa. Ela comia a comida com ovo e comia sentada no degrau da porta, pois não podia ser dentro da casa.

#EuEmpregadaDoméstica

(Relato enviado por M.A, 21/07/2016)¹⁸

O abuso de autoridade e o controle sobre os corpos das mulheres trabalhadoras domésticas apresentam-se como uma evidente herança colonial, de um tempo em que os proprietários de escravos tinham a posse sobre seus corpos, vidas e mobilidade.

Eu Simone Oliveira, filha primogênita da Terezinha Vaz, hoje com 56 anos. Ela trabalhou a vida inteira como doméstica e criou a mim e às minhas duas irmãs assim.

Quando ela ficou grávida de mim, em 1984, ela tinha 24 anos e já era doméstica há oito. Os exames davam negativo, mas mesmo assim ela sabia que estava esperando um bebê.

Ao relatar isso para a patroa, a patroa ofereceu a ela um "comprimidinho" para "ajudar os resultados dos exames a darem positivo".

Alguma coisa dentro da minha mãe a alertou a não tomar o comprimido. Só depois ela descobriu que aquele era um remédio abortivo, afinal, a patroa não queria uma empregada grávida fazendo corpo mole no serviço.

Essa história sempre me doeu muito, pois era a minha vida ali em jogo, e minha mãe me queria loucamente na vida dela. Eu poderia

¹⁷ Disponível em: <<http://www.boqnews.com/cidades/euempregadadomestica/>>. Acesso em 30/09/2016

¹⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1100013066712101>>. Acesso em 30/09/2016

simplesmente nem existir porque esse era o desejo de quem a explorava com sobrecarga de tarefas e dias inteiros de trabalho sem descanso.

Não era um desejo dela, mas de quem achava ter soberania sobre o corpo e a vontade dela.
#EuEmpregadaDoméstica

(Relato enviado por Simone Oliveira, 22/07/2016) ¹⁹

Jornadas irregulares de trabalho, salários abaixo do valor mínimo ou quantias irrisórias como forma de pagamento, a total ausência de direitos e a não assinatura da carteira de trabalho, são exemplos da extensão exploratória de patrões e patroas do século XXI.

Eu gostaria de deixar um relato da minha mãe, após ser demitida de um serviço como faxineira de banco, ela começou a fazer faxinas pra ajudar no orçamento de casa, minha mãe trabalhou pra uma senhora que pagava pra ela 5 reais por faxina, por 4 horas de serviço, um dia essa mesma senhora pediu pra minha mãe ir limpar uma outra casa, que ela iria se mudar, a casa tava virada de cabeça pra baixo, minha mãe precisou de 3 dias (trabalhando o dobro do tempo) pra deixar em ordem, e recebeu os mesmos 5 reais pelo serviço, pq de acordo com a patroa, foi uma faxina só.

#EuEmpregadaDoméstica

(Relato enviado por J. L. F., 23/07/2017) ²⁰

Além de histórias, a página “Eu Empregada Doméstica” compartilha também outros tipos de denúncia, como ofertas de emprego abusivas e comentários preconceituosos e de cunho racista. Mas, talvez, o papel mais importante desempenhado foi a construção de uma rede de apoio e solidariedade entre mulheres, filhas e netas de trabalhadoras domésticas, que têm em suas vidas a marca de um passado que ainda se faz presente e nega às mulheres em condições mais vulneráveis, mais do que direitos trabalhistas, direitos humanos.

Considerações Finais

O trabalho doméstico no Brasil constituiu-se como uma fonte possível de subsistência e renda para mulheres pobres, livres e libertas, excluídas das demais atividades econômicas exercidas na sociedade. Majoritariamente negras, elas suportaram infinitas injustiças sociais e lutaram para conquistar a liberdade e garantir a sobrevivência própria e, muitas vezes, o sustento da família. O serviço doméstico foi, assim, a primeira forma de inserção da mulher negra no mercado de trabalho. O histórico da profissão elucida questões ainda presentes nos dias de hoje, como a quase exclusiva presença feminina e a predominância de mulheres pretas e pardas. No entanto, não justifica a privação por mais de 100 anos de direitos trabalhistas.

¹⁹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1100781069968634>>. Acesso em 30/09/2016

²⁰ Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/posts/1101381419908599>>. Acesso em 30/09/2016

Diante dos fatos, julgo ser a origem escravocrata do trabalho doméstico indiscutível, o que nos leva a refletir sobre a manutenção da profissão na sociedade atual, em particular, da forma como as empregadas domésticas são hoje tratadas. Os relatos vistos na página “Eu Empregada Doméstica” apontam para a necessidade urgente de olharmos para essas mulheres e lutarmos por condições dignas e humanas de trabalho. O Brasil precisa romper com seu passado escravista.

"Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas." (Audre Lorde)

Referências Bibliográficas

GIACOMINI, Sonia. *Mulher e Escrava*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

PINHEIRO, Luana. TEIXEIRA, Antonio. SILVA, Natália. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). (Org.) *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Brasília, 2016.

RAGO, M. *Trabalho Feminino e Sexualidade*. In: PRIORI, M. Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. Dissertação – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2011.